

# Políticas públicas da educação superior

Afrânio Mendes Catani\*  
Deise Mancebo  
João dos Reis Silva Júnior  
Valdemar Sguissardi

O entendimento da produção intelectual sobre algum tema no contexto histórico em que se realizou revela riqueza maior da realidade do que os dados quantitativos podem apresentar no plano imediato na forma de freqüências, percentagens, médias, máximos numéricos, etc. Cotejando-se os dados com os seus condicionantes históricos produz-se uma tensão, que permite ver, entre outras dimensões da realidade no recorte temático, os atores em cena, as contradições e os antagonismos entre eles, o desenho e as tendências da área social deslindada pela produção intelectual, bem como a trama entre as instituições produtoras de tal cena. Assim, ao estudar-se o tema Políticas Públicas da Educação Superior e as subcategorias em que se desdobra – *Estado e Educação Superior; Estado, Ciência e Tecnologia; Legislação; e Financiamento e Agências Financiadoras* –, articulam-se elementos teóricos para a compreensão dos produtores da educação superior no período em estudo, com destaque para o Estado e as instituições da sociedade civil, o desenho e as tendências de mudança desse espaço social, bem como as relações de identidade e contradições entre as matrizes teórico-políticas da educação superior e do projeto político pretendido, para o País, pelos governantes.

A produção intelectual sobre a categoria temática Políticas Públicas da Educação Superior e suas subcategorias, constantes do Banco de Dados *Universitas/BR*, será aqui apresentada no contexto da produção sobre educação superior no período de 1968 a 1995, dividido em três subperíodos: 1968-1977, 1978-1984 e 1985-1995.

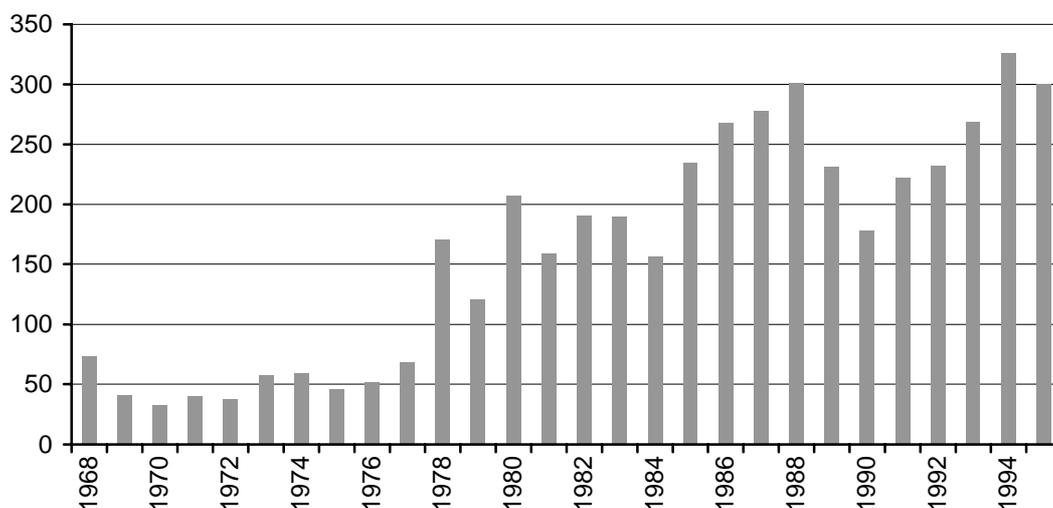
A produção sobre educação superior no referido período pôde ser subperiodizada, em termos quantitativos, da forma acima referida, em virtude da clara diferenciação existente entre esses três subperíodos, como se observa no Gráfico 7.

Nesse universo, a categoria Políticas Públicas da Educação Superior, em exame neste capítulo, apresenta-se como uma das mais expressivas numericamente, logo abaixo da categoria Ensino, com 15,9% e 16,2%, respectivamente, entre 7.161 classificações de 4.546 documentos publicados nos 26 periódicos analisados, conforme se pode ver na Tabela 22 e no Gráfico 8.

A distribuição da produção intelectual sobre esta categoria temática, em cada um dos três subperíodos referidos, assim se apresenta: 1º (1968-1977) = 192 documentos; 2º (1978-1984) = 217; e 3º (1985-1995) = 730 documentos. No interior desses três subperíodos, a distribuição da categoria apresenta cinco momentos a serem destacados, conforme se observa no Gráfico 9.

\* Afrânio Mendes Catani é professor na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) dessa Universidade; Deise Mancebo, doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); João dos Reis Silva Júnior, doutor em Filosofia da Educação pela PUC-SP é pesquisador e professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP; Valdemar Sguissardi, doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Paris/França, é pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

**Gráfico 7 – Distribuição de documentos publicados sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995**



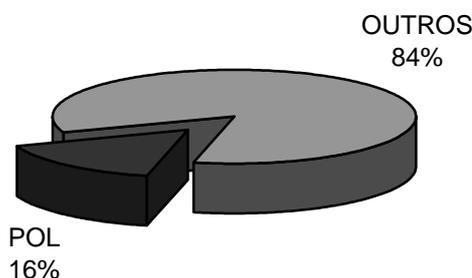
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Tabela 22 – Distribuição de documentos sobre Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995**

| Códigos das Categorias | Nº           | %          |
|------------------------|--------------|------------|
| ENS                    | 1.163        | 16,2       |
| POL                    | 1.139        | 15,9       |
| USO                    | 763          | 10,7       |
| AVA                    | 683          | 9,5        |
| PES                    | 604          | 8,4        |
| HES                    | 599          | 8,4        |
| DOC                    | 398          | 5,6        |
| DIS                    | 393          | 5,5        |
| MF                     | 351          | 4,9        |
| EXT                    | 338          | 4,7        |
| OAG                    | 284          | 4,0        |
| AUT                    | 211          | 2,9        |
| EPE                    | 136          | 1,9        |
| NAT                    | 78           | 1,1        |
| TEA                    | 21           | 0,3        |
| <b>Total</b>           | <b>7.161</b> | <b>100</b> |

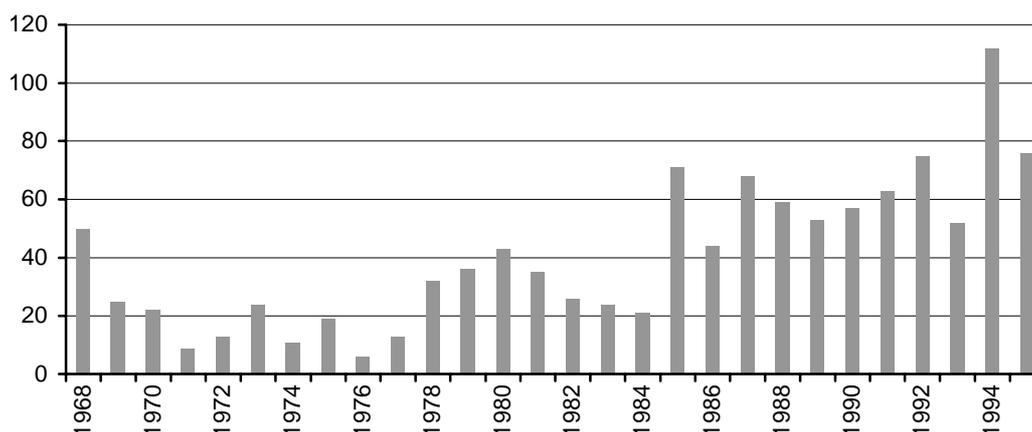
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Gráfico 8 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por categoria temática – 1968-1995**



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Gráfico 9 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995**



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

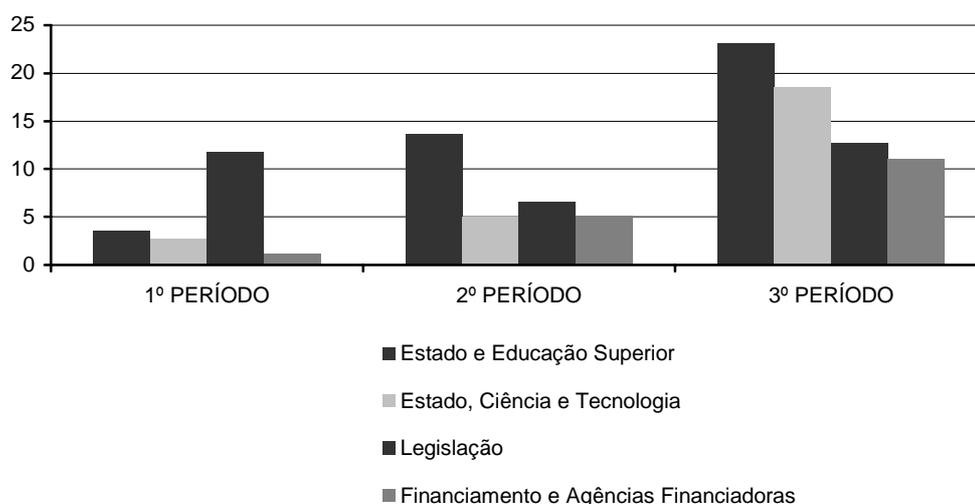
No primeiro subperíodo, chama a atenção a alta frequência da produção de documentos no ano de 1968, em número de 50 para uma média aritmética anual de 19. Em seguida, esta produção declina até nove no ano de 1971, estabilizando-se a partir desse ano até 1977, com uma média anual de aproximadamente 15.

No segundo subperíodo, observa-se, em primeiro lugar, a ascensão da frequência de 1978 até 1980, quando atinge o máximo de 40 documentos, declinando até o seu final, 1984, ainda que a média aritmética se tenha mantido em torno de 30, ou o dobro do momento anterior (1971 a 1976).

No terceiro subperíodo, verifica-se uma significativa produção sobre esta categoria (71 documentos) em 1985, 65% maior do que o ponto de máxima produção do segundo (1980, 43 documentos). Esta produção irá oscilar nos anos seguintes até 1995, com um média aritmética aproximada de 65 documentos, mas apresentando picos de produção de até 112 em 1994.

No Gráfico 10, pode-se observar que a produção de textos referentes às subcategorias *Estado e Educação Superior* e *Financiamento e Agências Financiadoras* apresenta um aumento de freqüência bastante homogêneo, ao longo do período, enquanto a subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia* cresce atenuadamente até a metade do segundo subperíodo (1981), acentuando-se de forma homogênea essa tendência até o final do período (1995). De modo distinto, a subcategoria *Legislação* apresenta freqüências mais altas nos primeiro e terceiro subperíodos, ocorrendo acentuada queda de produção no segundo.

**Gráfico 10 – Distribuição média de documentos publicados sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o período de publicação – 1968-1995**



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

## TRAJETÓRIA DA TEMÁTICA

Observando a distribuição dos documentos publicados no período estudado (1968-1995), destacam-se, como já visto, três anos nos quais a produção sobre o tema atinge máximos numéricos fora da média do subperíodo: 1968 (50), 1985 (71) e 1994 (112) – ver a Tabela 23 ou, com maior clareza, o Gráfico 10. As hipóteses possíveis para tais elevações, como se verá adiante com maior detalhamento, são várias. Destaca-se, no entanto, no caso de 1968, o contexto da Reforma Universitária e a necessidade de regulamentar, controlar e persuadir as instituições da sociedade civil sobre as mudanças impostas pela Lei nº 5.540/68.<sup>1</sup> Quanto a 1985, pode-se atribuir ao contexto de redemocratização por que passava o País, às reivindicações da sociedade civil por melhor qualidade na educação superior, à crítica e à defesa das chamadas “universidades emergentes”, bem como ao debate em torno da tentativa do governo de criar as instituições de excelência, proposta defendida pelo Grupo de Estudos para a Reestruturação do Ensino Superior (Geres). A primeira metade dos anos 90 é marcada pela abertura da economia brasileira à mundial em meio a uma radical mudança no projeto político brasileiro, com forte reflexo na educação superior. Nesse momento histórico, já com a pós-graduação e a pesquisa em educação consolidadas, os agentes desse espaço social

<sup>1</sup> Cf. em Paoli (1998a), o papel exercido pelo Conselho Federal de Educação e por seu órgão privilegiado de divulgação, a revista *Documenta*.

buscam responder política, acadêmica e teoricamente às investidas realizadas pelo governo por meio das políticas para a educação superior.

Destacam-se ainda na Tabela 23 as médias dos três subperíodos – 19,1 no primeiro, 31 no segundo e 66 no terceiro –, do que é possível depreender-se a periodização que vem sendo feita por vários autores. De 1969 até 1977, os reflexos do regime militar-autoritário fazem-se presentes no cerceamento à comunidade acadêmica e na sua produção; em tal subperíodo, além de uma baixa média na produção, predominam em geral documentos publicados pela revista *Documenta*, do Conselho Federal de Educação (atualmente Conselho Nacional de Educação). De 1978 a 1984, quando a distensão política tem lugar em nossa história e a reorganização da sociedade civil se inicia depois da época marcada pela ditadura, o movimento docente e as associações científicas se fortalecem, e outras organizações da sociedade civil, como a Ande, a Andes, o Cedes e a ANPEd,<sup>2</sup> diretamente relacionadas à educação, são fundadas, a produção sobre o tema em foco neste capítulo eleva-se a, em média, 31 documentos por ano. No último subperíodo citado, em face de seus traços brevemente caracterizados, pode-se entender a produção média anual de 66 documentos.

### As Subcategorias

As subcategorias *Estado e Educação Superior*, *Estado, Ciência e Tecnologia*, *Legislação e Financiamento* e *Agências Financiadoras*, em que se desdobra a categoria em exame, apresentam uma produção diferenciada, sobressaindo-se a primeira (com 33,8%), em relação à segunda (com 23,4%) e à terceira (com 26,6%) – ambas com a mesma ordem de grandeza –, ficando a quarta (14,9%) com a menor frequência (ver Tabela 24 e Gráfico 11).

**Tabela 23 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subperíodo e ano de publicação – 1968-1995**

(continua)

| Subperíodos       | Anos | Nº  | %   |
|-------------------|------|-----|-----|
| 1968<br>a<br>1977 | 1968 | 50  | 4,4 |
|                   | 1969 | 25  | 2,2 |
|                   | 1970 | 22  | 1,9 |
|                   | 1971 | 9   | 0,8 |
|                   | 1972 | 13  | 1,1 |
|                   | 1973 | 24  | 2,1 |
|                   | 1974 | 11  | 1,0 |
|                   | 1975 | 19  | 1,7 |
|                   | 1976 | 6   | 0,5 |
|                   | 1977 | 13  | 1,1 |
| 1978<br>a<br>1984 | 1978 | 32  | 2,8 |
|                   | 1979 | 36  | 3,2 |
|                   | 1980 | 43  | 3,8 |
|                   | 1981 | 35  | 3,1 |
|                   | 1982 | 26  | 2,3 |
|                   | 1983 | 24  | 2,1 |
| 1984              | 21   | 1,8 |     |

<sup>2</sup> Sobre a constituição dessas entidades e como divulgaram a produção de documentos sobre educação superior em seus respectivos periódicos, ver Medeiros (1998), Paoli (1998b) e Tavares (1998a e 1998b).

(conclusão)

| Subperíodos       | Anos | Nº    | %   |
|-------------------|------|-------|-----|
| 1985<br>a<br>1995 | 1985 | 71    | 6,2 |
|                   | 1986 | 44    | 3,9 |
|                   | 1987 | 68    | 6,0 |
|                   | 1988 | 59    | 5,2 |
|                   | 1989 | 53    | 4,7 |
|                   | 1990 | 57    | 5,0 |
|                   | 1991 | 63    | 5,5 |
|                   | 1992 | 75    | 6,6 |
|                   | 1993 | 52    | 4,6 |
|                   | 1994 | 112   | 9,8 |
|                   | 1995 | 76    | 6,7 |
| Total             |      | 1.139 | 100 |

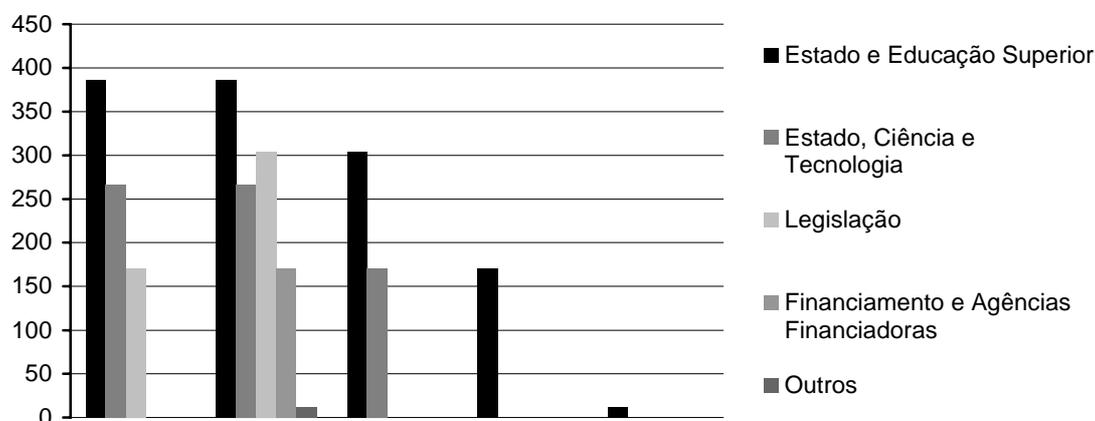
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Tabela 24 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995**

| Subcategorias                        | Nº    | %     |
|--------------------------------------|-------|-------|
| Estado e Educação Superior           | 386   | 33,89 |
| Estado, Ciência e Tecnologia         | 267   | 23,44 |
| Legislação                           | 304   | 26,69 |
| Financiamento e Agências Financeiras | 170   | 14,93 |
| Outros                               | 12    | 1,05  |
| Total                                | 1.139 | 100   |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Gráfico 11 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995**



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Eventuais hipóteses explicativas para tal ordenamento encontram-se: a) nas constantes mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil no período analisado e as conseqüências disso para a educação superior; b) na necessidade de legislar da parte do governo; e c) na ação representativa da educação superior, realizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – este último caso explicaria a produção sobre a terceira subcategoria. As subcategorias não se apresentam de maneira homogênea nos três subperíodos; elas se mostram diferenciadamente entre si ao longo do período em tela neste capítulo, como se pode depreender do Gráfico 10 (p. 74 deste trabalho). Destaca-se nesse gráfico a homogeneidade de crescimento da subcategoria 1.1, que mostra um comportamento de curva semelhante ao da categoria aqui analisada, fortalecendo o que já se disse sobre ela. Por outro lado, a subcategoria *Legislação* tem uma curva bastante distinta da categoria Políticas Públicas da Educação Superior (POL), indicando que, em momentos de organização dos agentes civis da educação superior, o governo parece não intervir, em relação ao âmbito legislativo, na esfera da educação superior. Vale destacar que, mesmo com alta produção sobre Políticas Públicas da Educação Superior, como no terceiro subperíodo, isto não significou menor intervenção do governo nesse nível de ensino, o que parece indicar o enfraquecimento das instituições políticas representantes da educação superior,<sup>3</sup> isto é, a produção sobre o tema, de per si, não articula os movimentos político-educacionais, como nos anos 80.

A subcategoria *Estado e Educação Superior* (Tabela 25 e Gráfico 12) tem, além da maior média entre as subcategorias aqui analisadas, uma curva de ascendência semelhante à da categoria Políticas Públicas da Educação Superior, o que parece indicar sua importância teórica quando se quer estudar a educação superior, e, por outro lado, sugere o fortalecimento da hipótese já levantada no âmbito dos condicionantes históricos, ou seja, a de que, dadas as mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil durante o período em análise, a maior ênfase da produção sobre o tema recaiu nessa subcategoria. Outro ponto que merece registro na análise quantitativa dessa subcategoria é o fato de sua curva não apresentar os mesmos pontos extremos da curva da categoria central – exceto no ano de 1994 –, o que indica que outras subcategorias teriam contribuído para os tais pontos de máxima produção da categoria.

**Tabela 25 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995**

(continua)

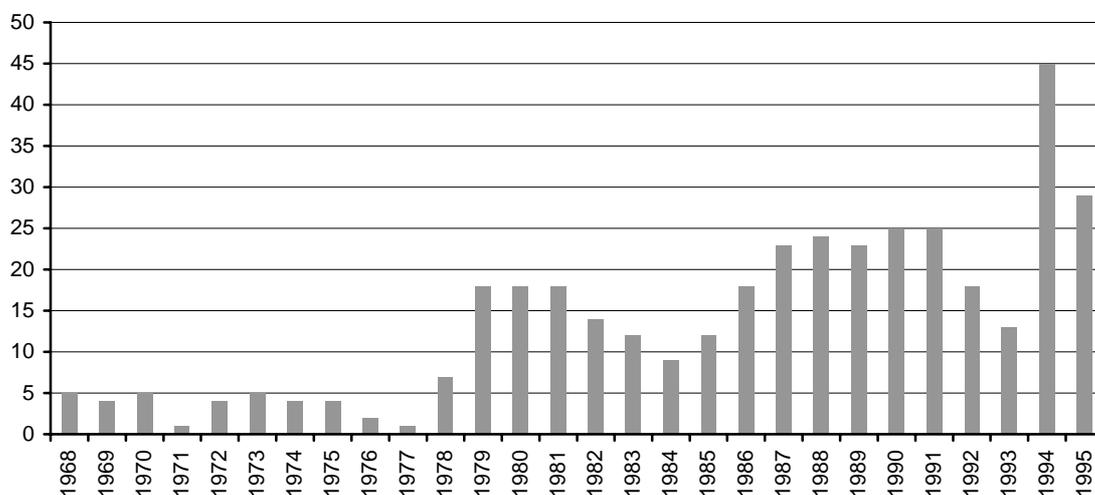
| Anos | Nº | %   |
|------|----|-----|
| 1968 | 5  | 1,3 |
| 1969 | 4  | 1,0 |
| 1970 | 5  | 1,3 |
| 1971 | 1  | 0,3 |
| 1972 | 4  | 1,0 |
| 1973 | 5  | 1,3 |
| 1974 | 4  | 1,0 |
| 1975 | 4  | 1,0 |
| 1976 | 2  | 0,5 |
| 1977 | 1  | 0,3 |
| 1978 | 7  | 1,8 |
| 1979 | 18 | 4,7 |
| 1980 | 18 | 4,7 |
| 1981 | 18 | 4,7 |

<sup>3</sup> A respeito destas questões, ver Silva Júnior e Sguissardi (1999), especialmente o capítulo 2: "O público e o privado em face da tendência de mercantilização da educação superior".

| (conclusão)  |            |            |
|--------------|------------|------------|
| Anos         | Nº         | %          |
| 1982         | 14         | 3,6        |
| 1983         | 12         | 3,1        |
| 1984         | 9          | 2,3        |
| 1985         | 12         | 3,1        |
| 1986         | 18         | 4,7        |
| 1987         | 23         | 6,0        |
| 1988         | 24         | 6,2        |
| 1989         | 23         | 6,0        |
| 1990         | 25         | 6,5        |
| 1991         | 25         | 6,5        |
| 1992         | 18         | 4,7        |
| 1993         | 13         | 3,4        |
| 1994         | 45         | 11,7       |
| 1995         | 29         | 7,5        |
| <b>Total</b> | <b>386</b> | <b>100</b> |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Gráfico 12 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995**



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A análise da subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia* deve ser feita considerando-se um fato que a diferencia das demais e, portanto, deve conduzir a um levantamento de hipótese que possa explicá-lo. Como se verá no próximo item, a maior parte da produção sobre tal categoria relaciona-se com as publicações da SBPC. No primeiro subperíodo, a revista *Ciência e Cultura* é responsável por 81,48% da produção, no segundo, por 74,29% e, no terceiro, o *Informe/Jornal Ciência Hoje* e a revista *Ciência e Cultura*, conjuntamente, respondem por 77% dessa produção. Isto indica que tal subcategoria parece refletir tanto as ações e preocupações da SBPC quanto a categoria Políticas Públicas da Educação

Superior. Por outro lado, pode-se argumentar, no âmbito da produção intelectual, que a temática Ciência e Tecnologia não tem ocupado um lugar de destaque fora das publicações da SBPC.

Vale destacar o ano de 1985, quando foram publicados 29 documentos sobre tal subcategoria, o equivalente a 10,9%, o que parece explicar em parte o ponto máximo alcançado pela categoria nesse mesmo ano.

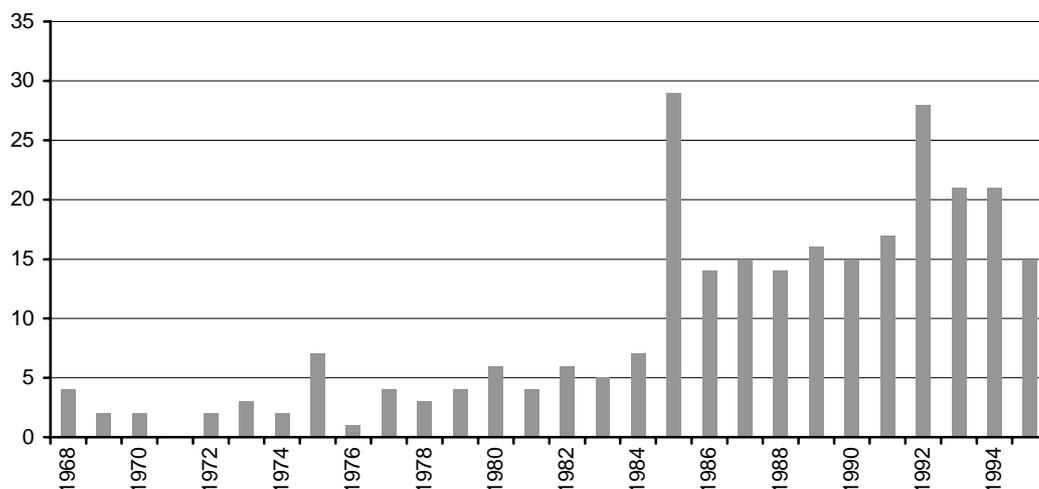
A subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia* tem uma curva gráfica oscilante, porém sempre em ascensão até 1992, quando apresenta leve declínio até 1995 (ver Tabela 26 e Gráfico 13). No primeiro subperíodo, ela possui a média mais baixa entre os três e apresenta, de forma também oscilante, uma tendência de declínio; já a partir do segundo subperíodo assume frequências mais altas e em ascensão até o seu final, em 1985. O terceiro subperíodo tem a média mais alta de todo o período, e é nele que se encontra o ponto de máxima produção do período estudado – 29 documentos em 1985. Vale destacar, no entanto, outro ponto máximo, no ano de 1992, com 28 documentos publicados. Portanto, ainda que, nesse intervalo, a produção experimente um leve declínio, o descrito acima indica ser nele que a produção sobre essa subcategoria assume maior volume.

**Tabela 26 – Distribuição de documentos publicados sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995**

| Anos         | Nº         | %          |
|--------------|------------|------------|
| 1968         | 4          | 1,5        |
| 1969         | 2          | 0,7        |
| 1970         | 2          | 0,7        |
| 1972         | 2          | 0,7        |
| 1973         | 3          | 1,1        |
| 1974         | 2          | 0,7        |
| 1975         | 7          | 2,6        |
| 1976         | 1          | 0,4        |
| 1977         | 4          | 1,5        |
| 1978         | 3          | 1,1        |
| 1979         | 4          | 1,5        |
| 1980         | 6          | 2,2        |
| 1981         | 4          | 1,5        |
| 1982         | 6          | 2,2        |
| 1983         | 5          | 1,9        |
| 1984         | 7          | 2,6        |
| 1985         | 29         | 10,9       |
| 1986         | 14         | 5,2        |
| 1987         | 15         | 5,6        |
| 1988         | 14         | 5,2        |
| 1989         | 16         | 6,0        |
| 1990         | 15         | 5,6        |
| 1991         | 17         | 6,4        |
| 1992         | 28         | 10,5       |
| 1993         | 21         | 7,9        |
| 1994         | 21         | 7,9        |
| 1995         | 15         | 5,6        |
| <b>Total</b> | <b>267</b> | <b>100</b> |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Gráfico 13 – Distribuição de documentos sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995**



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A subcategoria *Legislação* tem freqüências altas no primeiro e terceiro subperíodos e baixa no segundo. Destaca-se na Tabela 27 e no Gráfico 14 o ano de 1968, quando foram publicados 40 documentos entre 304, ou seja, 13,2%, o que parece explicar o ponto extremo da categoria Políticas Públicas da Educação Superior nesse mesmo ano, indicando, pois, a confirmação da hipótese já levantada sobre a necessidade de regulamentação, detalhamento, controle e persuasão decorrente da reforma universitária. Por outro lado, a produção nos anos de 1985 e 1994 é também significativa para a subcategoria, indicando que, ainda que em menor grau, ela pode ter contribuído para os máximos da categoria analisada neste capítulo, donde se pode depreender a relevância dessa subcategoria para o estudo e levantamento de hipótese para o entendimento da categoria Políticas Públicas da Educação Superior. Por outro lado, a evidência de altas médias de produção no primeiro e terceiro subperíodos e de baixa média no segundo permitem levantar a hipótese de que, em momentos de organização da sociedade civil, em particular dos movimentos político-educacionais, o objeto das publicações desloca-se do tema legislação.

A subcategoria *Financiamento e Agências Financiadoras* apresenta uma curva com um crescimento muito leve no primeiro subperíodo, como se pode depreender da Tabela 28, iniciando com um documento publicado em 1968 e apresentando três no seu final, em 1977, com média de 1,7, constituindo-se o valor 3 a sua produção máxima nesses anos considerados. No segundo subperíodo, a produção da subcategoria aumenta e diminui atenuadamente, apresentando um máximo de 10 documentos publicados nos anos 1980 e 1981, com a média de 6 documentos no subperíodo; a partir dessa década, a subcategoria tem sua produção intelectual consideravelmente aumentada, alcançando a média de 11,09 e um máximo de 22 documentos publicados em 1994.

No exame desta subcategoria, poder-se-ia supor uma certa desatenção, por parte dos estudiosos, a esse nível de ensino, em especial se for considerada a sua importância para a organização e estruturação da educação superior e de se constituir ponto relevante para as políticas de educação superior. De fato, a subcategoria *Financiamento e Agências Financiadoras*, vista de per si, apresenta a menor média por subperíodo e, no período analisado neste capítulo, destaca-se uma tendência de ascensão somente nos anos 90. No entanto, é preciso esclarecer que o Banco de Dados *Universitas/BR* contém uma outra categoria denominada Manutenção e Financiamento da Educação Superior, na qual foi alocada a maioria da produção escrita sobre esta temática. Fica a

ressalva e a indicação da importância de uma análise conjunta destas duas categorias do Banco de Dados em estudos futuros.

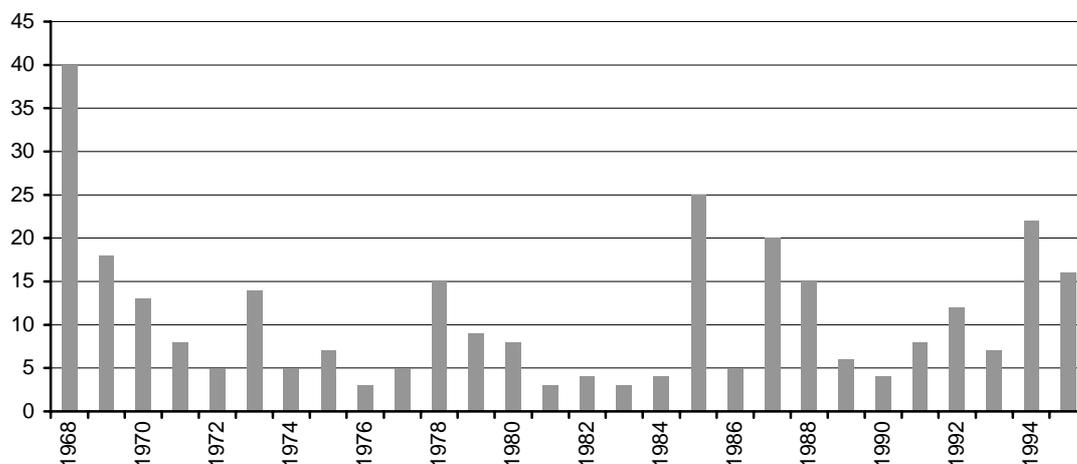
**Tabela 27 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995**

| Anos         | Nº         | %          |
|--------------|------------|------------|
| 1968         | 40         | 13,2       |
| 1969         | 18         | 5,9        |
| 1970         | 13         | 4,3        |
| 1971         | 8          | 2,6        |
| 1972         | 5          | 1,6        |
| 1973         | 14         | 4,6        |
| 1974         | 5          | 1,6        |
| 1975         | 7          | 2,3        |
| 1976         | 3          | 1,0        |
| 1977         | 5          | 1,6        |
| 1978         | 15         | 4,9        |
| 1979         | 9          | 3,0        |
| 1980         | 8          | 2,6        |
| 1981         | 3          | 1,0        |
| 1982         | 4          | 1,3        |
| 1983         | 3          | 1,0        |
| 1984         | 4          | 1,3        |
| 1985         | 25         | 8,2        |
| 1986         | 5          | 1,6        |
| 1987         | 20         | 6,6        |
| 1988         | 15         | 4,9        |
| 1989         | 6          | 2,0        |
| 1990         | 4          | 1,3        |
| 1991         | 8          | 2,6        |
| 1992         | 12         | 3,9        |
| 1993         | 7          | 2,3        |
| 1994         | 22         | 7,2        |
| 1995         | 16         | 5,3        |
| <b>Total</b> | <b>304</b> | <b>100</b> |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Do mesmo modo que a subcategoria *Legislação*, essa também tem ponto de máxima produção no ano de 1994, donde se pode indicar sua contribuição para o ponto extremo da categoria Políticas Públicas da Educação Superior. Disto se pode depreender que todas as subcategorias contribuíram para a máxima produção da categoria em 1994, enquanto no ano de 1968 é decisiva a participação da subcategoria *Legislação* e, no ano de 1985, são decisivas as contribuições das subcategorias *Estado*, *Ciência e Tecnologia* e, ainda, *Legislação*. Vale indagar as razões de máxima produção da categoria em 1994, especialmente porque todas as subcategorias em que ela se desdobra também alcançam, pelo menos, o máximo relativo ao subperíodo, como é o caso de *Legislação*.

**Gráfico 14 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995**



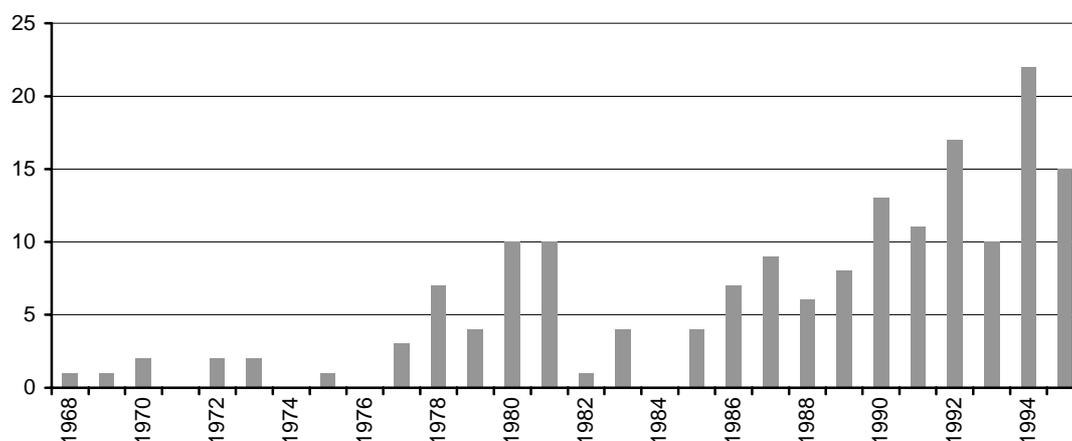
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Tabela 28 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995**

| Anos         | Nº         | %          |
|--------------|------------|------------|
| 1968         | 1          | 0,6        |
| 1969         | 1          | 0,6        |
| 1970         | 2          | 1,2        |
| 1972         | 2          | 1,2        |
| 1973         | 2          | 1,2        |
| 1975         | 1          | 0,6        |
| 1977         | 3          | 1,8        |
| 1978         | 7          | 4,1        |
| 1979         | 4          | 2,4        |
| 1980         | 10         | 5,9        |
| 1981         | 10         | 5,9        |
| 1982         | 1          | 0,6        |
| 1983         | 4          | 2,4        |
| 1985         | 4          | 2,4        |
| 1986         | 7          | 4,1        |
| 1987         | 9          | 5,3        |
| 1988         | 6          | 3,5        |
| 1989         | 8          | 4,7        |
| 1990         | 13         | 7,6        |
| 1991         | 11         | 6,5        |
| 1992         | 17         | 10,0       |
| 1993         | 10         | 5,9        |
| 1994         | 22         | 12,9       |
| 1995         | 15         | 8,8        |
| <b>Total</b> | <b>170</b> | <b>100</b> |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Gráfico 15 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, segundo o ano de publicação – 1968-1995**



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

## TRAJETÓRIA DA TEMÁTICA POR PERIÓDICO

Um aspecto importante da produção intelectual acerca do tema Políticas Públicas da Educação Superior a ser examinado, em seus subtemas *Estado e Educação Superior, Estado, Ciência e Tecnologia, Legislação e Financiamento e Agências Financiadoras*, é sua distribuição entre os periódicos que formam a base do Banco de Dados *Universitas/BR*. Isso possibilita avaliar a vinculação institucional dessa produção no período e o papel exercido por entidades da sociedade civil, como SBPC, Crub, Andes, ANPEd, entre outros, ou por órgãos do aparelho do Estado, como o Inep/MEC, na reflexão, nas tomadas de posições e divulgação de informações relativas a essa categoria temática.

Antes de tudo, observa-se a distribuição dos 26 periódicos no período e subperíodos compreendidos por esta apresentação.

No ano de 1968, primeiro ano de referência desse Banco de Dados, circulavam apenas quatro dos 26 periódicos objeto deste estudo: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (lançada em 1944), *Ciência e Cultura* (lançada em 1949), *Documenta* (lançada em 1962) e *Revista de Administração Pública* (lançada em 1967).

No subperíodo 1968-1977, foram lançados mais seis periódicos, tendo um deles, *Debate e Crítica*, sobrevivido apenas durante três anos: 1973, 1974 e 1975. Os demais foram: *Cadernos de Pesquisas* (1971), *Revista da Faculdade de Educação/USP* (1975), *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (1976), *Educação e Realidade* (1976) e *Fórum Educacional* (1977).<sup>4</sup>

No subperíodo 1978-1984, foram lançados outros 11 novos periódicos, tendo um deles, *Encontros com a Civilização Brasileira*, circulado apenas por quatro anos: 1978, 1979, 1980 e 1982. Os demais foram: *Educação & Sociedade* (1978), *Estudos e Debates*<sup>5</sup> (1978), *Educação Brasileira* (1978), *Boletim da ANPEd* (1979), *Educação e Seleção*<sup>6</sup> (1980), *Cadernos Cedes* (1980), *Cadernos Andes* (1981), *Em Aberto* (1981), *Ciências Sociais Hoje* (1983) e *Revista Brasileira de Administração da Educação* (1983).

No subperíodo 1985-1995, foram lançados mais cinco novos periódicos, a saber: *Informe/Jornal Ciência Hoje* (1985), *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1986), *Cadernos Nupes* (1989), *Universidade e Sociedade* (1991) e *InfoCapes* (1994).

<sup>4</sup> *Fórum Educacional* deixa de circular em 1990.

<sup>5</sup> *Estudos e Debates* deixa de circular em 1990.

<sup>6</sup> A partir de 1990 passa a denominar-se *Estudos em Avaliação Educacional*.

Do acima exposto, alguns dados podem ser destacados. Apesar de o segundo subperíodo (1978-1984) ser de apenas sete anos, nele foram lançados 11 periódicos dos que compõem a base do Banco de Dados *Universitas/BR*. Nos dois outros, de 10 e 11 anos, respectivamente, tivemos o lançamento de seis e cinco novas publicações. A hipótese de explicação mais provável é a de que este movimento editorial beneficiou-se e fez parte ativa do processo de abertura política, que culminou com o fim do governo militar-autoritário. Como exemplo, observa-se que somente o ano de 1978 (crucial na reorganização dos movimentos da sociedade civil, da luta pela anistia, etc.) viu nascerem quatro periódicos, quase o mesmo número dos 11 anos do último subperíodo (1985-1995).

Os periódicos de que se dispôs para inventário da produção sobre educação superior no primeiro subperíodo foram 10, tendo um deles sobrevivido apenas durante três anos. No segundo subperíodo esse número passa para 21 (aumento de 110%), incluindo alguns que pararam de circular durante esses anos. No terceiro subperíodo, contou-se com 26 (aumento de 23%).

**Tabela 29 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995**

(continua)

| Subperíodos                  | Periódicos                                | Nº         | %     |
|------------------------------|---|------------|-------|
| 1968<br>a                    | <i>Documenta</i>                          | 95         | 49,48 |
|                              | <i>Ciência e Cultura</i>                  | 65         | 33,85 |
|                              | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>  | 27         | 14,06 |
|                              | <i>Debate e Crítica</i>                   | 3          | 1,56  |
|                              | <b>Total do Subperíodo 1</b>              | <b>192</b> |       |
| 1978<br>a                    | <i>Ciência e Cultura</i>                  | 115        | 53,00 |
|                              | <i>Educação &amp; Sociedade</i>           | 30         | 13,82 |
|                              | <i>Educação Brasileira</i>                | 27         | 12,44 |
|                              | <i>Documenta</i>                          | 10         | 4,61  |
|                              | <i>Boletim ANPEd</i>                      | 6          | 2,76  |
|                              | <i>Em Aberto</i>                          | 6          | 2,76  |
|                              | <i>Fórum Educacional</i>                  | 6          | 2,76  |
|                              | <i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciên. Sociais</i> | 3          | 1,38  |
|                              | <i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>    | 3          | 1,38  |
|                              | <i>Estudos e Debates</i>                  | 3          | 1,38  |
|                              | <i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>     | 3          | 1,38  |
|                              | <i>Cadernos de Pesquisa</i>               | 2          | 0,92  |
|                              | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>  | 2          | 0,92  |
| <i>Cadernos Cedes</i>        | 1   | 0,46       |       |
| <b>Total do Subperíodo 2</b> | <b>217</b>                                |            |       |
| 1985<br>a                    | <i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>        | 298        | 40,82 |
|                              | <i>Ciência e Cultura</i>                  | 106        | 14,52 |
|                              | <i>Educação Brasileira</i>                | 70         | 9,59  |
|                              | <i>Cadernos Andes</i>                     | 49         | 6,71  |
|                              | <i>Estudos e Debates</i>                  | 42         | 5,75  |
|                              | <i>Educação &amp; Sociedade</i>           | 28         | 3,84  |
| 1995                         | <i>Documenta</i>                          | 27         | 3,70  |

|                                       |   |  | (conclusão) |      |
|---------------------------------------|---|--|-------------|------|
| Subperíodos                           | Periódicos                                | Nº                                       | %           |      |
| 1985                                  | <i>Cadernos Nupes</i>                     | 21                                       | 2,88        |      |
|                                       | <i>Em Aberto</i>                          | 20                                       | 2,74        |      |
|                                       | <i>Boletim ANPEd</i>                      | 19                                       | 2,60        |      |
|                                       | <i>Universidade e Sociedade</i>           | 19                                       | 2,60        |      |
|                                       | <i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciên. Sociais</i> | 6  | 0,82        |      |
|                                       | <i>Cadernos de Pesquisa</i>               | 4  | 0,55        |      |
|                                       | <i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>     | 4  | 0,55        |      |
|                                       | <i>Fórum Educacional</i>                  | 3  | 0,41        |      |
|                                       | 1995                                      | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i> | 3           | 0,41 |
|                                       |   | <i>Cadernos Cedes</i>                    | 2           | 0,27 |
| <i>InfoCapes</i>                      |   | 2  | 0,27        |      |
| <i>Rev. Bras. de Ciências Sociais</i> |   | 2  | 0,27        |      |
| <i>Rev. da Fac. de Educação/USP</i>   |   | 2  | 0,27        |      |
| <i>Ciências Sociais Hoje</i>          |   | 1  | 0,14        |      |
| <i>Educação e Realidade</i>           |   | 1  | 0,14        |      |
| <i>Rev. de Administração Pública</i>  |   | 1  | 0,14        |      |
| <b>Total do Subperíodo 3</b>          |   | <b>730</b>                               |             |      |
| <b>Total Geral</b>                    |   | <b>1.139</b>                             |             |      |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Analisando a Tabela 29, verifica-se, entre outros aspectos, que: a) em números absolutos, no terceiro subperíodo, a produção foi mais de três vezes superior à do primeiro período, e, no segundo, embora contando com o dobro de periódicos em circulação, a produção é pouco superior à do primeiro; b) no primeiro subperíodo, quatro dos 10 periódicos que então circulavam não teriam publicado nenhuma matéria sobre Políticas Públicas da Educação Superior; c) os periódicos que mais têm publicado sobre esta temática em cada subperíodo foram:

- 1º subperíodo: *Documenta*, 95 documentos; *Ciência e Cultura*, 65; e *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 27;
- 2º subperíodo: *Ciência e Cultura*, 115 documentos; *Educação & Sociedade*, 30; *Educação Brasileira*, 27; e *Documenta*, 10;
- 3º subperíodo: *Informe/Jornal Ciência Hoje*, 298 documentos; *Ciência e Cultura*, 106; *Educação Brasileira*, 70; *Cadernos Andes*, 49; e *Estudos e Debates*, 42.

Revelando a “febre legisladora” pós-reforma universitária (Lei nº 5.540/68), 1968-1977, *Documenta*, do Conselho Federal de Educação, publicou nove vezes mais matérias sobre Políticas Públicas da Educação Superior nesse subperíodo do que no segundo, que se inicia em 1978, e três vezes mais do que no terceiro, que se inicia em 1985, atingindo, no primeiro, a expressiva marca de, praticamente, 50% de toda a produção de documentos do conjunto dos seis periódicos entre os 10 então em circulação e que publicaram matérias sobre essa temática. Esse percentual reduz-se drasticamente nos segundo e terceiro subperíodos, representando apenas 4,6% e 3,7%, respectivamente.

Deve-se ressaltar ainda que os documentos enumerados nessa tabela possuem entre si características muito distintas. Alguns periódicos aqui examinados publicam basicamente artigos de tamanho padronizado entre 15 e 30 páginas, entrevistas, editoriais, etc.; outros

publicam fundamentalmente comunicações resumidas de trabalhos, resenhas de livros ou notícias curtas. Existe uma grande diferença, especialmente quanto à dimensão dos documentos publicados; por exemplo, de um lado, *Encontros com a Civilização Brasileira* e *Educação & Sociedade*, e, de outro, *Informe/Jornal Ciência Hoje*. Pode-se afirmar que *Ciência e Cultura* e *Informe/Jornal Ciência Hoje* ocupam os primeiros lugares no quantitativo de documentos publicados nos três subperíodos aqui examinados; por um lado, pelo maior porte da entidade responsável pela edição destes periódicos – a SBPC –, por outro, pela preocupação e investimento que esta Sociedade tem dispensado à sua política editorial, mantendo, com regularidade, veículos impressos flexíveis e ágeis.<sup>7</sup>

## As Subcategorias

As Tabelas 30, 31, 32 e 33, a seguir, mostram a distribuição das quatro subcategorias que compõem a categoria Políticas Públicas da Educação Superior, por periódico e em cada um dos três subperíodos aqui considerados.

### Subcategoria Estado e Educação Superior

Dos 10 periódicos em circulação no subperíodo 1968-1977, apenas quatro dedicaram espaço a esta temática, e, entre eles, sobressaiu-se a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

Nesse subperíodo, que vai da reforma universitária (1968) à reorganização da sociedade civil (1977), coube à *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* publicar quase a metade de todos os documentos que versaram sobre este tema. São artigos de Anísio Teixeira, que, embora tendo deixado a direção do Inep durante os anos do governo militar-autoritário, continua sendo, com Jayme Abreu, o principal articulista desse periódico. Acompanham-no Durmeval Trigueiro, Newton Sucupira, Valnir Chagas, entre outros.<sup>8</sup>

Assim como do lado oficial se destaca a *RBEP*, do lado da sociedade civil organizada destaca-se a revista *Ciência e Cultura*, da SBPC, que publica 11 dos 35 documentos do subperíodo. Neste caso, vale salientar os editoriais da revista, que, através dos seus principais articulistas, José Reis e Maurício Rocha e Silva, primaram pelo tom crítico com que comentavam as políticas oficiais, a legislação e os planos implementados no período. Segue, com seis documentos, o periódico *Documenta*.

No segundo subperíodo (1978-1984), a *RBEP* perde o ímpeto. Nos anos de 1979 e 1980, sem conselho editorial, publicaram-se apenas quatro números da revista e nenhum nos anos de 1981 e 1982. Somente em 1983 será reconstituído o seu conselho editorial, então com a maioria de seus membros oriunda de Programas de Pós-Graduação em Educação.

Data desses anos a criação e consolidação de entidades como a ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e o Cedes (Centro de Estudos Educação e Sociedade) e de numerosos Programas de Pós-Graduação em Educação, que passam a produzir intelectualmente e a divulgar essa produção, influenciando, de alguma forma, os órgãos produtores das políticas educacionais e retirando, portanto, do Inep parte de suas funções tradicionais. Daí por que, diante da queda de produção de documentos na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e ao lado da significativa produção de *Ciência e Cultura*, da SBPC, desponta um novo periódico, com 21 documentos (a maioria artigos) nesse subperíodo, que é a revista *Educação & Sociedade*, editada pelo Cedes. Acrescente-se, embora com participação menor, mas significativa, a nova revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), *Educação Brasileira*, e o *Boletim ANPEd*.

<sup>7</sup> Sobre a história da SBPC e de sua política editorial, ver Mancebo (1998) e Fávero e Moreira (1998).

<sup>8</sup> Cf. Sguissardi e Silva Júnior, 1998.

**Tabela 30 – Distribuição de documentos sobre Estado e Educação Superior, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995**

| Subperíodos                          | Periódicos                                  | Nº         | %         |
|--------------------------------------|---|------------|-----------|
| 1968<br>a                            | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>    | 15         | 42,86     |
|                                      | <i>Ciência e Cultura</i>                    | 11         | 31,43     |
|                                      | <i>Documenta</i>                            | 6          | 17,14     |
|                                      | <i>Debate e Crítica</i>                     | 3          | 8,57      |
| <b>Total do Período 1</b>            |   | <b>35</b>  |           |
| 1978<br>a<br>1984                    | <i>Ciência e Cultura</i>                    | 44         | 45,83     |
|                                      | <i>Educação &amp; Sociedade</i>             | 21         | 21,88     |
|                                      | <i>Educação Brasileira</i>                  | 8          | 8,33      |
|                                      | <i>Boletim ANPEd</i>                        | 6          | 6,25      |
|                                      | <i>Em Aberto</i>                            | 3          | 3,13      |
|                                      | <i>Encontros c/a Civilização Brasileira</i> | 3          | 3,13      |
|                                      | <i>Estudos e Debates</i>                    | 3          | 3,13      |
|                                      | <i>Documenta</i>                            | 2          | 2,08      |
|                                      | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>    | 2          | 2,08      |
|                                      | <i>Cadernos Cedes</i>                       | 1          | 1,04      |
|                                      | <i>Cadernos de Pesquisa</i>                 | 1          | 1,04      |
|                                      | <i>Fórum Educacional</i>                    | 1          | 1,04      |
|                                      | <i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>       | 1          | 1,04      |
|                                      | <b>Total do Período 2</b>                   |            | <b>96</b> |
| 1985<br>a<br>1995                    | <i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>          | 60         | 23,53     |
|                                      | <i>Ciência e Cultura</i>                    | 40         | 15,69     |
|                                      | <i>Cadernos Andes</i>                       | 35         | 13,73     |
|                                      | <i>Educação Brasileira</i>                  | 34         | 13,33     |
|                                      | <i>Educação &amp; Sociedade</i>             | 17         | 6,67      |
|                                      | <i>Estudos e Debates</i>                    | 13         | 5,10      |
|                                      | <i>Cadernos Nupes</i>                       | 11         | 4,31      |
|                                      | <i>Universidade e Sociedade</i>             | 11         | 4,31      |
|                                      | <i>Boletim ANPEd</i>                        | 8          | 3,14      |
|                                      | <i>Em Aberto</i>                            | 6          | 2,35      |
|                                      | <i>Documenta</i>                            | 3          | 1,18      |
|                                      | <i>Cadernos Cedes</i>                       | 2          | 0,78      |
|                                      | <i>Cadernos de Pesquisa</i>                 | 2          | 0,78      |
|                                      | <i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>       | 2          | 0,78      |
|                                      | <i>Rev. Bras. de Ciências Sociais</i>       | 2          | 0,78      |
|                                      | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>    | 2          | 0,78      |
|                                      | <i>Rev. da Faculdade de Educação/USP</i>    | 2          | 0,78      |
|                                      | <i>Ciências Sociais Hoje</i>                | 1          | 0,39      |
|                                      | <i>Educação e Realidade</i>                 | 1          | 0,39      |
|                                      | <i>Fórum Educacional</i>                    | 1          | 0,39      |
| <i>InfoCapes</i>                     | 1   | 0,39       |           |
| <i>Rev. de Administração Pública</i> | 1   | 0,39       |           |
| <b>Total do Período 3</b>            |   | <b>255</b> |           |
| <b>Total Geral</b>                   |   | <b>386</b> |           |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

No terceiro subperíodo (1985-1995), ao lado dos que já predominavam no período anterior, surgem novos “personagens”. São o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, *Cadernos Andes*, *Estudos e Debates*, *Cadernos Nupes* e *Universidade e Sociedade*. O primeiro, da SBPC, fortalece o campo de divulgação científica e intervenção nas políticas universitária e de ciência e tecnologia; *Cadernos Andes* e *Universidade e Sociedade* traduzem a reflexão e as tomadas de posição do denominado movimento docente, coordenado pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior; *Estudos e Debates*, do Crub, reforça a participação desse órgão no debate; finalmente, *Cadernos Nupes* marca a presença, a partir de 1987, de um novo “personagem” na formulação teórica da política para a educação superior, que irá ter, por meio de seus principais membros, um lugar de destaque nas políticas oficiais implementadas para o setor nos anos subseqüentes e até nos dias de hoje.

### **Subcategoria Estado, Ciência e Tecnologia**

A produção de documentos sobre esta temática, se descontadas as matérias do *Informe/Jornal Ciência Hoje*, da SBPC, que perfazem quase metade do total do período 1968-1995, é menos significativa do que a relativa à subcategoria anterior e concentra-se especialmente na revista *Ciência e Cultura*, também da SBPC.

A participação da *RBEF* no primeiro subperíodo, de *Educação Brasileira*, do Crub, no segundo, e de *Estudos e Debates* e *Educação Brasileira*, ambas do Crub, no terceiro, ainda que importante, não atinge a terça parte da produção da revista *Ciência e Cultura*, da SBPC. Na verdade, tanto nas questões envolvidas pela subcategoria *Estado e Educação Superior* quanto, especialmente, pela subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia*, durante o período militar-autoritário e no período de reorganização dos movimentos civis, que conduziria à chamada transição democrática ou de relativa abertura política que se lhe seguiu, a SBPC constituiu-se o principal baluarte da sociedade civil organizada em defesa das liberdades e dos direitos do cidadão, da universidade pública e da ciência e tecnologia, garantidas estas com recursos do Estado.

### **Subcategoria Legislação**

Conforme sua vocação, a revista *Documenta*, do Conselho Federal de Educação, ocupará lugar de destaque na produção e divulgação de documentos sobre esta subcategoria temática, em especial no primeiro subperíodo que se segue à Reforma Universitária, com 73% de toda a produção. Sua participação proporcional decresce para 17% no segundo subperíodo e para 16% no terceiro.

Nos três subperíodos destacam-se mais uma vez as publicações da SBPC: *Ciência e Cultura* (nos três) e *Informe/Jornal Ciência Hoje* (no terceiro).

Cabe ainda observar, nos segundo e terceiro subperíodos, a presença dos periódicos editados pelo Crub: *Educação Brasileira* e *Estudos e Debates*.

A distribuição da produção intelectual sobre esta subcategoria revela ainda alguns aspectos interessantes, como sua grande concentração no primeiro subperíodo, pelas razões já apontadas anteriormente e que dizem respeito ao momento que se segue à promulgação da Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária. A aplicação de suas determinações e normas ao conjunto do sistema criou muitas áreas de incompreensão e de conflito, que exigiram, especialmente do Conselho Federal de Educação, um esforço significativo de interpretação e de intervenção. Os documentos publicados pela revista *Documenta* são em número de 88 no primeiro subperíodo, contra oito no segundo e 22 no terceiro.

**Tabela 31 – Distribuição de documentos sobre Estado, Ciência e Tecnologia, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995**

| Subperíodos               | Periódicos                                | Nº         | %     |
|---------------------------|---|------------|-------|
| 1968                      | <i>Ciência e Cultura</i>                  | 22         | 1,48  |
| a                         | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>  | 4          | 14,81 |
| 1977                      | <i>Revista de Administração Pública</i>   | 1          | 3,70  |
| <b>Total do Período 1</b> |   | <b>27</b>  |       |
| 1978                      | <i>Ciência e Cultura</i>                  | 26         | 74,29 |
| a                         | <i>Educação Brasileira</i>                | 4          | 11,43 |
|                           | <i>Educação &amp; Sociedade</i>           | 3          | 8,57  |
| 1984                      | <i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciên. Sociais</i> | 2          | 5,71  |
| <b>Total do Período 2</b> |   | <b>35</b>  |       |
| 1985                      | <i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>        | 106        | 51,71 |
| a                         | <i>Ciência e Cultura</i>                  | 52         | 25,37 |
|                           | <i>Estudos e Debates</i>                  | 15         | 7,32  |
|                           | <i>Educação Brasileira</i>                | 8          | 3,90  |
|                           | <i>Em Aberto</i>                          | 5          | 2,44  |
|                           | <i>Cadernos Andes</i>                     | 4          | 1,95  |
| 1995                      | <i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciên. Sociais</i> | 3          | 1,46  |
|                           | <i>Educação &amp; Sociedade</i>           | 3          | 1,46  |
|                           | <i>Boletim ANPEd</i>                      | 2          | 0,98  |
|                           | <i>Cadernos de Pesquisa</i>               | 2          | 0,98  |
|                           | <i>Universidade e Sociedade</i>           | 2          | 0,98  |
|                           | <i>Cadernos Nupes</i>                     | 1          | 0,49  |
|                           | <i>Documenta</i>                          | 1          | 0,49  |
|                           | <i>InfoCapes</i>                          | 1          | 0,49  |
| <b>Total do Período 3</b> |   | <b>205</b> |       |
| <b>Total Geral</b>        |   | <b>267</b> |       |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Tabela 32 – Distribuição de documentos sobre Legislação, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995**

| Subperíodos               | Periódicos                               | Nº         | %     |
|---------------------------|--|------------|-------|
| 1968                      | <i>Documenta</i>                         | 88         | 74,58 |
| a                         | <i>Ciência e Cultura</i>                 | 24         | 20,34 |
|                           | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i> | 5          | 4,24  |
| 1977                      | <i>Fórum Educacional</i>                 | 1          | 0,85  |
| <b>Total do Período 1</b> |  | <b>118</b> |       |
| 1978                      | <i>Ciência e Cultura</i>                 | 17         | 36,96 |
| a                         | <i>Educação Brasileira</i>               | 12         | 26,09 |
|                           | <i>Documenta</i>                         | 8          | 17,39 |
| 1984                      | <i>Educação &amp; Sociedade</i>          | 4          | 8,70  |

| (conclusão)                                |  |                                 |       |      |
|--|--|---------------------------------|-------|------|
| Subperíodos                                | Periódicos                               | Nº                              | %     |      |
| 1978<br>a                                  | <i>Fórum Educacional</i>                 | 4                               | 8,70  |      |
|  | <i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>    | 1                               | 2,17  |      |
| 1984                                       | <b>Total do Período 2</b>                | <b>46</b>                       |       |      |
| 1985<br>a                                  | <i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>       | 48                              | 34,29 |      |
|  | <i>Documenta</i>                         | 23                              | 16,43 |      |
|  | <i>Educação Brasileira</i>               | 22                              | 15,71 |      |
|  | <i>Estudos e Debates</i>                 | 12                              | 8,57  |      |
|  | <i>Cadernos Andes</i>                    | 7                               | 5,00  |      |
|  | <i>Universidade e Sociedade</i>          | 6                               | 4,29  |      |
|  | <i>Em Aberto</i>                         | 5                               | 3,57  |      |
|  | 1995                                     | <i>Ciência e Cultura</i>        | 4     | 2,86 |
|  |  | <i>Educação &amp; Sociedade</i> | 4     | 2,86 |
|  |  | <i>Cadernos Nupes</i>           | 2     | 1,43 |
| <i>Fórum Educacional</i>                   |  | 2                               | 1,43  |      |
| <i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>      |  | 2                               | 1,43  |      |
| <i>Boletim ANPEd</i>                       |  | 1                               | 0,71  |      |
| <i>Bol. Inf. Bibl. de Ciências Sociais</i> |  | 1                               | 0,71  |      |
|  | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i> | 1                               | 0,71  |      |
|  | <b>Total do Período 3</b>                | <b>140</b>                      |       |      |
|  | <b>Total Geral</b>                       | <b>304</b>                      |       |      |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

### Subcategoria Financiamento e Agências Financiadoras

Uma vez mais, também aqui se verifica a proeminência da SBPC na produção de documentos nos três subperíodos, que, por meio de suas duas publicações – *Ciência e Cultura* e *Informe/Jornal Ciência Hoje* –, produziu em torno de 70% do total de documentos examinados e classificados nessa subcategoria.

### TRAJETÓRIA DA TEMÁTICA POR TIPO DE DOCUMENTO, ALGUNS TEMAS ESPECÍFICOS E PRINCIPAIS AUTORES

Além da apresentação da trajetória da produção intelectual acerca do tema Políticas Públicas de Educação Superior, em seus quatro subtemas, no período de 1968 a 1995, e de sua distribuição entre os periódicos que formam a base do Banco de Dados *Universitas/BR*, é importante também mostrar como essa produção se distribuiu entre os diversos tipos de documentos, alguns temas específicos e principais autores ao longo desses 28 anos.

Dos 1.139 documentos produzidos e classificados sob a categoria temática Políticas Públicas de Educação Superior, 386 (33,89%) pertencem à subcategoria *Estado e Educação Superior*, 267 (23,44%) à de *Estado, Ciência e Tecnologia*, 304 (26,69%) à de *Legislação*, 170 (14,93%) à de *Financiamento e Agências Financiadoras* e os 12 (1,05%) restantes inserem-se na subcategoria *Outros*.

**Tabela 33 – Distribuição de documentos sobre Financiamento e Agências Financiadoras, em periódicos nacionais, por periódico, segundo o subperíodo de publicação – 1968-1995**

| Subperíodos               | Periódicos                                   | Nº         | %     |
|---------------------------|--|------------|-------|
| 1968<br>a                 | <i>Ciência e Cultura</i>                     | 8          | 66,67 |
|                           | <i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>     | 3          | 25,00 |
| 1977                      | <i>Documenta</i>                             | 1          | 8,33  |
| <b>Total do Período 1</b> |  | <b>12</b>  |       |
| 1978<br>a<br>1984         | <i>Ciência e Cultura</i>                     | 28         | 77,78 |
|                           | <i>Em Aberto</i>                             | 3          | 8,33  |
|                           | <i>Educação &amp; Sociedade</i>              | 2          | 5,56  |
|                           | <i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciências Sociais</i> | 1          | 2,78  |
|                           | <i>Fórum Educacional</i>                     | 1          | 2,78  |
|                           | <i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>        | 1          | 2,78  |
| <b>Total do Período 2</b> |  | <b>36</b>  |       |
| 1985<br>a<br>1995         | <i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>           | 83         | 68,03 |
|                           | <i>Ciência e Cultura</i>                     | 10         | 8,20  |
|                           | <i>Cadernos Nupes</i>                        | 7          | 5,74  |
|                           | <i>Boletim ANPEd</i>                         | 5          | 4,10  |
|                           | <i>Educação Brasileira</i>                   | 5          | 4,10  |
|                           | <i>Em Aberto</i>                             | 4          | 3,28  |
|                           | <i>Cadernos Andes</i>                        | 3          | 2,46  |
|                           | <i>Educação &amp; Sociedade</i>              | 3          | 2,46  |
|                           | <i>Bol. Inf. e Bibl. de Ciências Sociais</i> | 2          | 1,64  |
| <b>Total do Período 3</b> |  | <b>122</b> |       |
| <b>Total Geral</b>        |  | <b>170</b> |       |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Dos 11 tipos de documentos expressos na Tabela 34, três – Artigo, Notícia e Dispositivos legais/Atos normativos – abarcam 80,86% do total, perfazendo 921 documentos. Entre os oito tipos restantes, merecem destaque os Resumos e as Notas, com 8,25% (94 textos) e 4,30% (49), respectivamente; se agregados aos três iniciais, verifica-se um expressivo percentual de 93,41%, ou 1.064 documentos. Os demais documentos (6,59%) encontram-se distribuídos por seis tipos, a saber: Editorial, Depoimento, Resenha, Relatório, Série documental e Apresentação.

Para maior operacionalidade do que será exposto a seguir, faz-se necessário ordenar algumas informações contidas na Tabela 34 em uma outra, a Tabela 35, privilegiando assim o cruzamento das subcategorias temáticas com os tipos de documentos que aparecem com maior frequência.

### Subperíodo 1968-1977

Os 192 documentos sobre esta categoria temática, editados neste subperíodo de dez anos nos periódicos selecionados, compreendem, fundamentalmente, Artigos, Notícias e Dispositivos Legais/Atos Normativos. Secundariamente, aparecem os Resumos e Notas – situação que, praticamente, se repetirá nos dois subperíodos posteriores.

**Tabela 34 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por subcategoria temática e por tipo de produção – 1968-1995**

| Tipos de Produção            | Subcategorias* |            |            |            |           | Total        | %             |
|------------------------------|----------------|------------|------------|------------|-----------|--------------|---------------|
|                              | 1.1            | 1.2        | 1.3        | 1.4        | 1.9       |              |               |
| Artigo                       | 204            | 88         | 90         | 51         | 9         | 442          | 38,81         |
| Notícia                      | 76             | 106        | 61         | 100        | 0         | 343          | 30,11         |
| Disp. legais/Atos normativos | 9              | 2          | 125        | 0          | 0         | 136          | 11,94         |
| Resumo                       | 37             | 38         | 10         | 6          | 3         | 94           | 8,25          |
| Nota                         | 24             | 13         | 4          | 8          | 0         | 49           | 4,30          |
| Editorial                    | 12             | 6          | 7          | 3          | 0         | 28           | 2,46          |
| Depoimento                   | 7              | 6          | 1          | 1          | 0         | 15           | 1,32          |
| Resenha                      | 9              | 2          | 1          | 1          | 0         | 13           | 1,14          |
| Relatório                    | 7              | 6          | 0          | 0          | 0         | 13           | 1,14          |
| Série documental             | 1              | 0          | 4          | 0          | 0         | 5            | 0,44          |
| Apresentação                 | 0              | 0          | 1          | 0          | 0         | 1            | 0,09          |
| <b>Total</b>                 | <b>386</b>     | <b>267</b> | <b>304</b> | <b>170</b> | <b>12</b> | <b>1.139</b> | <b>100,00</b> |

\*1.1 – Estado e Educação Superior; 1.2– Estado, Ciência e Tecnologia; 1.3–Legislação; 1.4–Financiamento e Agências Financiadoras; 1.9–Outros

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

**Tabela 35 – Distribuição de documentos sobre Políticas Públicas da Educação Superior, em periódicos nacionais, por tipo de produção e subcategorias – 1968-1995**

| Subcategorias                             | Artigo       | Notícia      | Disp. legais/<br>Atos normativos | Resumo      | Nota        | Total        |
|---|--------------|--------------|----------------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Estado e Educação Superior                | 204          | 76           | 9                                | 37          | 24          | 350          |
| Estado, Ciência e<br>Tecnologia           | 88           | 106          | 2                                | 38          | 13          | 247          |
| Legislação Financ. e<br>Ag. Financiadoras | 90           | 61           | 125                              | 10          | 4           | 290          |
| Outros                                    | 51           | 100          | -                                | 6           | 8           | 165          |
|   | 9            | -            | -                                | 3           | -           | 12           |
| <b>Total</b>                              | <b>442</b>   | <b>343</b>   | <b>136</b>                       | <b>94</b>   | <b>49</b>   | <b>1.064</b> |
| <b>%</b>                                  | <b>38,81</b> | <b>30,11</b> | <b>11,94</b>                     | <b>8,25</b> | <b>4,30</b> | <b>93,41</b> |

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Perfazendo quase 50% da produção desse subperíodo, as matérias publicadas pela revista *Documenta* constituíram-se de decretos, portarias, pareceres, interpretações de leis, respostas a consultas, etc.

Niuvenius J. Paoli, ao escrever sobre esta publicação do CFE (e, atualmente, do CNE), considerou que

... conforme o tipo de assunto, e dependendo de quem for relator do Parecer, é possível encontrar textos que são verdadeiros artigos, na medida em que seu autor apresenta um conjunto de

informações e argumentos que tem a consistência de uma análise extensa sobre uma determinada matéria, ou ainda exposições que fundamentam determinadas perspectivas em termos de política educacional (Paoli, 1998a, p. 274).

E prossegue: “É o que por vezes encontramos em certos pareceres, como, por exemplo, os de autoria de Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro Mendes e Newton Sucupira, entre outros.” E levanta hipótese das mais plausíveis: “é possível que em muitos desses casos esse material tenha sido aproveitado por seus autores em algum artigo especialmente produzido para alguma outra publicação”.

Assim, foram considerados Artigos os pareceres produzidos no âmbito do CFE, de autoria de Durmeval Trigueiro Mendes (reestruturação de Ifes, expansão e avaliação institucional), Miguel Reale (sobre a criação de faculdades de filosofia, ciências e letras – FFCL – como institutos isolados de ensino), Newton Sucupira (reestruturação de Ifes, licenciatura de curta duração, avaliação, reforma universitária, política de credenciamento de pós-graduação, currículos mínimos, expansão, planejamento educacional), Valnir Chagas (reforma universitária, reestruturação de Ifes, formas de seleção, cursos pós-normais, formação de professores, licenciatura), Anísio Teixeira (fiscalização de Ifes), Clóvis Salgado (sindicância sobre faculdades-fantasma, currículo mínimo e duração de cursos superiores, reforma universitária, financiamento das universidades federais, fundos educacionais e salário-educação), além de vários outros, elaborados por Raymundo Moniz de Aragão, José Vasconcellos, José Barreto Filho, Rubens Maciel, Celso Kelly, Paulo Nathanael de Souza, Péricles Madureira de Pinho, Vandick L. da Nóbrega, Esther de Figueiredo Ferraz, Júlia Azevedo Acioli, Roberto Figueira Santos.

Há, ainda, cerca de 45 Artigos, muitos deles extremamente relevantes, destacando-se os de autoria de Anísio Teixeira (história da universidade), Maurício Rocha e Silva (legislação da USP, 20º aniversário da SBPC), Durmeval Saviani (legislação e Congresso Nacional), Erasmo G. Mendes (reforma universitária), Paulo Duarte (legislação e reforma universitária), Paul Ricoeur (reforma e revolução na universidade), Newton Sucupira (reestruturação das universidades federais), Raymond Poignant (financiamento da educação), Alain Touraine (educação permanente e sociedade industrial), José Reis (vários artigos sobre ciência e pesquisa institucional e ensino pago ou gratuito), A. L. Machado Neto (função da universidade na atual sociedade brasileira), Durmeval Trigueiro Mendes (pesquisa e política educacional e tecnologia e agências de financiamento), Florestan Fernandes (dilemas da reforma universitária), Paschoal E. A. Senise (função da pós-graduação na formação de pesquisadores), Luiz Antônio Cunha (causas e conseqüências da expansão do ensino superior), Aparecida Joly Gouveia (noções correntes sobre o ensino superior), José Arthur Giannotti (sobre a burocratização da ciência) e Ubiratan D’Ambrósio (ensaio de ciências e desenvolvimento).

Mais de 35 documentos foram classificados como Notícias, a maioria deles relativos a informes oriundos da SBPC, editados pela revista *Ciência e Cultura*, versando a respeito das relações entre Estado, universidade e ciência; planejamento e política científica na América Latina; financiamento da investigação científica; evasão de cientistas e técnicos do serviço público; reforma universitária; defesa da gratuidade do ensino público em todos os níveis; análise do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1973); criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação; salários dos professores das instituições universitárias federais em dedicação integral; Plano Nacional de Pós-Graduação e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; políticas de qualificação do corpo docente; análise das reformas administrativas do Estado de São Paulo e os institutos de pesquisa; crise financeira da USP; etc.

Como Dispositivos legais/Atos normativos apresentam-se cerca de três dezenas e meia de documentos, em sua maioria decretos do governo federal, alguns do Governo do Estado de São Paulo, bem como regimentos, indicações e resoluções do CFE, emenda constitucional e portarias do MEC. Há vários decretos que tratam da reestruturação de universidades federais, da instituição e implantação dos centros regionais de pós-graduação, da instituição de grupos de trabalho (para

promover e acompanhar a implantação da Reforma Universitária, regulamentar e implementar o Projeto Rondon, estudar o incremento de matrículas no ensino superior), da aplicação de recursos para a ampliação de vagas no terceiro grau e da expansão deste sistema, da aprovação do regimento do CFE, da implantação do Regime de Dedicção Integral (RDI) para os integrantes do magistério federal, etc. Há, ainda, decreto do governo paulista que dispõe sobre a organização do sistema de ensino do estado.

Merece destaque o Decreto nº 68.065, de 14/1/71, que regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12/9/69, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do País. Importantes também são a Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/69, a Indicação do CFE acerca da regulamentação das entidades estudantis em face da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), a Resolução do CFE sobre a duração mínima das licenciaturas plenas de 1º grau e a Portaria do Departamento de Assuntos Universitários que constitui a Comissão Nacional de Vestibular Unificado.

Finalmente, devem ser mencionados os Resumos e as Notas, dois tipos de documentos pouco expressivos em termos quantitativos. Compreendem trabalhos apresentados nas reuniões anuais da SBPC e/ou pequenas informações, comunicações ou, ainda, comentários.

### **Subperíodo 1978-1984**

Este subperíodo, de apenas sete anos, apresenta uma produção escrita, classificada nessa categoria temática, de 217 documentos, isto é, uma média de 31 textos por ano.

Artigos, Notícias, Dispositivos legais/Atos normativos predominam no período 1978-1984. Além disso, foram localizados 15 documentos de outros tipos, quais sejam, Editoriais, Resenhas, Relatórios, Notas e Resumos.

Os Artigos aparecem em quantidade superior a uma centena, merecendo destaque as produções de autoria de Carlos Corrêa Mascaro (gratuidade e reforma universitária segundo Ruy Barbosa e financiamento da pesquisa científica), Newton Sucupira (expansão do sistema de ensino superior e regulamentação da livre-docência), Vanilda Paiva (qualificação profissional), Luiz Antônio C. R. Cunha (vestibulares, pelo ensino público e gratuito, acordos MEC/Usaid e a modernização do ensino superior no Brasil), William Saad Hossne (financiamento da pesquisa científica), José Israel Vargas (ciência e tecnologia), José Reis (carreira do pesquisador; legislação, liberdade acadêmica, reintegração e cassação de professores; democracia/autonomia na pós-graduação), Oscar Sala (nota de repúdio da SBPC pelo afastamento sumário de alguns cientistas renomados em nome do AI-5), Divonzir Arthur Gusso (pesquisa educacional, planejamento, política educacional), José Dias Sobrinho (universidade e classe média), José Camilo dos Santos Filho (modelos organizacionais no ensino superior), Henrique Rattner (pós-graduação, pesquisa e serviços), Maurício Tragtenberg (educação e repressão e delinquência acadêmica), Maria do Carmo Lacerda Peixoto (políticas públicas, medicina e saúde), Carlos Roberto Jamil Cury (ideologia, trabalho, educação e capitalismo), Irene A. R. Cardoso (reforma universitária e poder na USP), Russel Kirk (autonomia universitária e poder), Glaura Vasques de Miranda (políticas de pesquisa de pós-graduação no Brasil), José Nilo Tavares (educação e imperialismo no Brasil), Heleieth I. B. Saffioti (estudos sociais e privatização do ensino superior), Simon Schwartzman (universidade e política). Carlos Benedito Martins, Edmundo Fernandes Dias, Esther de Figueiredo Ferraz, Luiz Pinguelli Rosa e Ronald Braga escrevem a respeito da privatização, expansão e reforma do sistema de ensino, privilegiando, em especial, o debate gratuidade-privatização do ensino superior público. Edmundo Dias escreve também sobre a crise financeiro-institucional da Unicamp, e Braga, acerca das relações entre o MEC e o poder. Formação de professores e/ou de especialistas em educação constituem o alvo das preocupações de Antonio Joaquim Severino e Roberto Moreira. Roberto Romano (universidade, conservadorismo e progressivismo), Maria de Lourdes de A. Fávero (poder e participação na universidade), Edson Machado de Souza (o conceito de universidade

na reforma de 1968), Águeda B. Ühle (funções sociais da universidade), Neidson Rodrigues (reforma e autonomia universitárias), José Albertino Rodrigues (reforma educacional e desenvolvimento social no Brasil) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (idéia de universidade e sistema de ensino) compartilham temáticas que guardam grande proximidade. Pedro Demo analisa o III Plano Setorial de Educação, privilegiando “a educação do pobre”, enquanto José Carlos Melchior enfoca o financiamento da educação no Brasil. Sérgio H. Abranches e Ênio Candotti concentram-se em políticas públicas de ciência e tecnologia e na relação cientistas/lei dos estrangeiros. Elza Nadai (histórias da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica), Maria Francisca Sales Pinheiro (supervisão e avaliação institucional), Benno Sander (administração educacional no Brasil) e Laura da Veiga (projetos educacionais e classes sociais) completam o quadro de autores que destacamos.

Há, ainda, cerca de 45 outros autores que escreveram Artigos no período analisado.

Foram localizados cerca de 60 documentos classificados como Notícias, a maioria deles oriunda de publicações editadas pela SBPC. Merecem destaque as seguintes, pela importância e recorrência temáticas: tomadas de posição da SBPC e de várias outras entidades científicas a favor da reintegração dos professores afastados pelos atos de exceção do governo militar (em especial pelo AI-5), pressionando para que a lei da anistia seja ampla, geral e irrestrita; manifestações e atos por mais recursos para o ensino superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico e contra o aviltamento dos salários dos docentes; críticas e manifestações contrárias ao governo do Estado de São Paulo, que corta as verbas, que sugere e tenta difundir junto à opinião pública a necessidade da implementação gradativa do ensino pago em nível superior nos estabelecimentos públicos; ataque às políticas sistemáticas de cerceamento que as universidades estaduais paulistas sofrem por parte do governo. Há informação de grande relevância onde se noticia que 11 associações docentes universitárias, entre elas a Adusp, a Adunicamp e a Adunesp, reunidas em Piracicaba (interior do estado), aprovam moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 34, de autoria do Executivo e que tramita no Congresso Nacional. Tal projeto concede ao Presidente da República o direito exclusivo de escolha dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União, qualquer que seja sua finalidade ou natureza. Encontram-se neste tipo de documento a Carta de Princípios da Ande, a análise do 3º Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) – período 1980-1985 –, a crítica, pela Sociedade Brasileira de Física, ao acordo nuclear estabelecido entre o Brasil e a Alemanha e uma série de informes relativos a aspectos institucionais internos às IES (concursos, formas de participação do corpo docente em órgãos colegiados, reestruturação da carreira do magistério, etc.) Pode-se ler precioso relato da crise ocorrida na Unicamp, com a demissão, pelo reitor, de oito diretores de unidades e de 14 funcionários, membros da Associação de Servidores da Universidade de Campinas (Assuc), bem como informe do final da paralisação dos docentes de 19 universidades federais no dia 11 de dezembro de 1980, após verem atendidas algumas reivindicações fundamentais. O chamado “Pacote Portela”, contendo três anteprojetos (relativos à carreira do magistério superior, à escolha dos dirigentes das universidades e à natureza das IES federais) elaborados pelo então Ministro da Educação Eduardo Portela, é comentado com preocupação. O mesmo ocorre quando de sua exoneração, em novembro de 1980. Finalmente, há o relato de que o novo titular do MEC, o general Rubem Ludwig, defende vigorosamente as verbas previstas no orçamento elaborado pelo ministério para 1982.

Dispositivos legais/Atos normativos somam um total de aproximadamente duas dezenas de documentos, em especial resoluções, pareceres e portarias do CFE, portarias ministeriais, leis e decretos. Quanto às resoluções, foram selecionadas as que fixam normas para a autorização e o reconhecimento de universidades, para a autorização de cursos superiores de graduação que tenham currículos mínimos definidos pelo Conselho e, ainda, para a indicação de corpo docente das IES. Parecer aborda o conceito de necessidades sociais e os critérios de sua aplicação para o planejamento e a expansão do sistema de ensino. Portarias do MEC dispõem sobre a transferência escolar e concursos vestibulares. Parecer da Câmara de Ensino Superior (CESu) do CFE detalha as normas para credenciamento dos cursos de pós-graduação, enquanto portaria vai regulamentar as

instruções para a criação de universidades. A Lei nº 6.680 dispõe a respeito das relações entre o corpo discente e as IES, enquanto decreto do Presidente da República aprova o II Plano Nacional de Pós-Graduação.

### **Subperíodo 1985-1995**

Nestes 11 anos, a produção sobre Políticas Públicas da Educação Superior alcança a média de 65 documentos por ano, perfazendo um total de 730 textos escritos coletados e analisados.

Merecem destaque os seguintes tipos de documentos: Artigos (290), Notícias (260), Relatórios e Dispositivos legais/Atos normativos (cerca de 30 documentos cada um). Há, também, Editoriais, Resumos, Resenhas e Notas, em quantidades pouco expressivas.

Com relação aos Artigos, são quase nove dezenas que foram agrupadas sob a temática “Política Científica e Tecnológica e Agências Financiadoras”, que engloba assuntos bastante diversificados, tais como: agências financiadoras de pesquisa, institutos de pesquisa e políticas de ciência e tecnologia no País; comunidade científica e políticas públicas; história social e institucional da ciência no Brasil; pesquisa pura, pesquisa aplicada, pesquisa básica (no Brasil e no mundo); ciência, saber e poder; ciência e tecnologia, políticas de capacitação e de gestão de recursos humanos e indicadores de produtividade; programas de capacitação científica e tecnológica às instituições e universidades brasileiras (Programa MEC/BID-II e Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica – Pact). Entre os muitos autores, merecem destaque os seguintes nomes: Cristovam Buarque, L. F. Candiota, Marcos Faria Figueiredo, Maria Cecília Spina Forjaz, Maria Estela Dal Pai Franco, Pedro Goergen, Marília Costa Morosini, Shozo Motoyama, Niuvenius Junqueira Paoli, Clodoaldo Pavan, Fábio Wanderley Reis, Simon Schwartzman, Wagner Costa Ribeiro, José Albertino Rodrigues, Edson Machado de Souza, Gilberto Velho, J. C. Todorov, Otávio Velho e Fernanda A. da Fonseca Sobral, além de mais de setenta outros.

Na temática “Legislação, Constituinte, LDB”, perto de quatro dezenas de artigos podem ser classificados em vários assuntos, tais como: Educação e Constituinte – propostas e alternativas; Constituições brasileiras e educação; LDB, educação superior, Congresso Nacional e sociedade; propostas em debate; Planos Nacionais de Educação, LDB e políticas públicas; autonomia, revisão constitucional e gratuidade (o público e o privado); Constituinte (educação, trabalho e sociedade; tecnologia e capital; pesquisa e universidade; ciência e tecnologia).

Entre os aproximadamente 40 autores, devem ser lembrados os nomes de Cristovam Buarque, Célio da Cunha, Carlos Roberto Jamil Cury, Vital Didonet, José Eduardo Faria, Maria de Lourdes de A. Fávero, Bárbara Freitag, José Goldemberg, Paulo Renato Souza, Jorge Nagle, Denise Leite, Marília Costa Morosini, Paulo E. de Menezes Neto, Glaura Vasquez de A. Miranda, José Carlos de Araújo Melchior, Vanilda Paiva, Maria do Carmo Lacerda Peixoto, Isaac Roitman, Antonio Joaquim Severino e Fernanda da Fonseca Sobral.

“Universidade Brasileira: ensino público, ensino privado, expansão e perspectivas” concentra mais de 20 artigos, merecendo destaque os que foram escritos por Miguel González Arroyo, Ronald Braga, Ênio Candotti, Juan Casassus, Eunice Ribeiro Durham, Maria de Lourdes de A. Fávero, Dirce Mendes da Fonseca, Menga Lüdke, Jorge Nagle, Francisco de Oliveira, Renato Ortiz, Edson Machado de Souza e Cid Veloso. Os documentos versam sobre a expansão do sistema de ensino universitário e suas relações com o mercado de trabalho; Estado, mercado e educação; modelos de expansão do sistema superior de ensino; gratuidade/privatização do ensino superior público e expansão do ensino privado; democratização do ensino, investimentos, ensino noturno e os trabalhadores; modelos organizacionais (fundações, autarquias e reforma administrativa); universidade brasileira: impasses, transformações, perspectivas.

Sobre a subcategoria temática *Financiamento e Agências Financiadoras* temos pouco mais de 20 artigos, escritos por João Calmon, Eunice R. Durham, Luís Carlos Freitas, Efreim Maranhão,

José Carlos de A. Melchior, Francisco Miraglia, Sadi Del Rosso, Jacques Schwartzman, José Goldemberg, Simon Schwartzman, Jacques Velloso e Elisa Wolynech, entre outros. Os documentos selecionados dizem respeito ao financiamento da educação pública e privada; aos salários praticados nas Ifes; às bolsas de pesquisa do CNPq; ao financiamento da pesquisa, da ciência e da tecnologia no País; à relação entre financiamento e avaliação; ao crédito educativo.

Joaquim J. Brunner, Luiz Antônio Cunha, Eunice R. Durham, Maria Estela Dal Pai Franco, Marília C. Morosini, Rolin Kent, Newton Lima Neto e Simon Shwartzman são os principais autores da temática "Avaliação", responsáveis por artigos envolvendo políticas públicas de avaliação, avaliação institucional, as relações que os sistemas de ensino brasileiro e europeu mantêm com os setores produtivos, a avaliação de programas de pós-graduação no País e no exterior, de agências financiadoras e da produção científica.

Nos 16 documentos encontrados, há análises sobre a democratização da universidade brasileira; a estrutura de poder interna nas IES; greves, autonomia e corporativismo; movimento docente, Estado, sociedade civil e resistência; fundações universitárias, autarquias e regime militar; o Geres e a exclusão da participação de docentes. Eles se referem à temática "Estrutura de Poder, Gestão Acadêmica e Movimentos Docentes", contando com a colaboração, entre outras, de Sadi Dal Rosso, Gustavo L. Gutierrez, Newton Lima Neto, Lúcia Helena Lodi, Wolfgang Leo Maar, Valdemar Sguissardi e Sofia Lerche Vieira.

"Políticas de Pós-Graduação", com 15 artigos, reúne Carlos R. Jamil Cury, Eunice R. Durham, Maria de Lourdes de A. Fávero, Maria Estela Dal Pai Franco, Claudio de Moura Castro, Maria do Carmo Lacerda Peixoto e Miriam Jorge Warde. Os assuntos tratados são amplos: pós-graduação, financiamento e linhas de pesquisa (Brasil e México); políticas de pós-graduação, sociedade e gestão da educação pública no Brasil; pós-graduação, formação de pesquisadores e evasão de cérebros; trajetória do GT Políticas Públicas de Educação Superior da ANPEd: a pós-graduação e a nova LDB.

"Políticas de Ensino Superior/Autonomia e Indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão" congregam duas dezenas e meia de documentos, ocupando-se da autonomia universitária; das relações universidade, Estado e sociedade nas IES; da isonomia entre as IES; de distintas concepções acerca da reforma do Estado; das relações entre políticas públicas educacionais e o Congresso Nacional, etc. Os autores que merecem destaque são José Mário Pires Azanha, Carlos Baldijão, Hélio Bicudo, Cristián Cox, Luiz Antônio Cunha, Eunice R. Durham, Naura S. C. Ferreira, Vilma Figueiredo, José W. Germano, Fernanda Sobral, Denise Leite, André Haguette, Lúcia Klein, Newton Lima Neto, Maria do Carmo Lacerda Peixoto, Roberto Romano e Carlos Vogt.

"Reformas Educacionais na América Latina e na Europa" reúne 11 documentos, escritos por José Augusto Dias, Mariano F. Enguita, Henry Levy, Lúcia Klein, Helena Sampaio, Marília C. Morosini, Clarissa E. Baeta Neves, Simon Schwartzman, Paulo Renato Souza e Juan Carlos Tedesco. Tratam da universidade na Grã-Bretanha; da educação em Cuba; de políticas que atualmente são desenvolvidas em vários países da América Latina, etc.

"Reforma Universitária no Brasil" reúne nove trabalhos, que, além de apresentarem análises do Relatório Geres (um deles estuda os documentos Geres e Andes) e dos Relatórios Atcon e Meira Mattos, dedicam-se à crise da universidade e às políticas públicas reformistas. Isaura Belloni, André Haguette, Edgar Pontes de Magalhães, Neidson Rodrigues, Sofia Lerche Vieira e Maria de Lourdes de A. Fávero escrevem nessa rubrica.

Nilton C. Balzan, Niuvenius J. Paoli, J. R. W. Dornelles, Carlos Benedito Martins, Águeda B. Ühle, Dulce C. A. Withaker, entre outros, na temática "Cursos e Formação de Professores", dedicam-se a seis documentos que se ocupam de histórias acerca do ensino jurídico, dos cursos de administração e de outros cursos de ciências humanas; analisam a formação de professores, os cursos de licenciatura e, também, os que se dedicam à preparação de especialistas da rede pública de ensino.

Há, ainda, quase uma vintena de documentos dedicados às mais variadas temáticas.

As Notícias se constituem o segundo tipo de documento, em termos quantitativos (cerca de 260), para o subperíodo 1985-1995. Elas podem ser divididas em três grandes temáticas, que serão detalhadas a partir de agora.

Na primeira, encontram-se aquelas relativas às políticas de ciência e tecnologia, às discussões em torno das fundações de amparo à pesquisa do País, às lutas e pressões por maiores dotações e liberações de verbas e a encontros científicos e tecnológicos nacionais e regionais. As Notícias concentram-se em informar os bloqueios de recursos do CNPq, da Capes e da Finep (bem como das fundações estaduais) com relação ao financiamento das investigações por toda a Federação; delineiam propostas e sugestões; realizam diagnósticos; informam os percentuais de verbas aplicadas em relação ao PIB; detalham as principais deliberações das sociedades científicas nacionais; difundem as manifestações de apoio de entidades científicas e universidades contra, por exemplo, a extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia, de agências financiadoras de projetos, etc.; comentam os constantes atrasos nos pagamentos das bolsas de pesquisa.

Além disso, há resenhas das idéias-chave discutidas nos encontros, fundamentalmente naqueles que clamam por maior participação da comunidade científica no processo de formulação (e decisório) das políticas para o setor.

Na terceira grande temática serão encontradas notícias que se dedicam a historiar a contribuição de entidades científicas, universidades, associações de classe e outros organismos ao processo de elaboração da Constituição, da LDB, de Constituições estaduais e de Leis Orgânicas de municípios de algumas capitais. Nesse sentido, têm-se propostas do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac) à Assembléia Nacional Constituinte; do Crub, do CFE e da UFMG à LDB, assim como da SBPC, que encaminha proposta relativa à ciência e tecnologia para a elaboração da Constituição paulista. A mesma entidade propõe matérias neste mesmo domínio por ocasião da feitura da Lei Orgânica do Distrito Federal, além de apoiar a realização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (LDB). Chega-se ao início dos anos noventa com várias notícias acerca da tramitação – na Câmara e no Senado – da LDB e, no final de 1995, lê-se que o projeto substitutivo do senador Darcy Ribeiro avançava no Senado.

Os Dispositivos legais/Atos normativos totalizam pouco mais de trinta documentos. Predominam leis, decretos, pareceres, indicações, portarias e exposições de motivos, merecendo destaque lei que dispõe sobre órgãos de representação discente nas Ifes; decreto que institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior; portarias sobre: a) implantação de política de pessoal uniforme nas Fundações de Ensino Superior vinculadas ao MEC; b) designação dos membros do Geres; c) a oportuna extinção dos cursos de licenciatura curta nas grandes capitais do País; d) constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de consolidar propostas para a elaboração da LDB e do Plano Nacional de Educação. Do Conselho Federal de Educação, encontram-se indicações sobre: a) o concurso vestibular nas Ifes; b) a auto-avaliação como instrumento de melhoria da qualidade do ensino superior; c) o acompanhamento dos cursos de pós-graduação. Finalmente, há medida provisória do Executivo que altera dispositivos, referentes ao CFE, das Leis nº 4.024/61 e 5.540/68.

O tipo de documento Relatório surge também com frequência pouco superior a 30. Constam vários relatórios elaborados a partir de Encontros Regionais sobre Política Científica e Tecnológica, realizados em diversas universidades e promovidos por instituições e associações científicas; há, igualmente, aqueles que reúnem propostas e contribuições de entidades científicas para a elaboração da LDB. A Andes produz documentos significativos, tais como os dedicados aos sistemas universitários público e privado; à revisão constitucional ou à nova Constituição; à análise da greve desencadeada contra o desmonte do Estado e das Ifes; ao neoliberalismo, mercado, movimentos docentes e movimentos sociais; ao *impeachment* e à luta pela democracia; à violência, ao movimento sindical e às conjunturas política, econômica e social. Outro relatório apresenta-se como significativo: trata-se de documento elaborado pela Federação Nacional de Docentes Universitários

da República Argentina (Conadu), precioso dossiê mostrando a articulação do projeto neoliberal e da educação superior na América Latina.

Há Editoriais que englobam sugestões apresentadas à Constituinte por entidades científicas e da sociedade civil, outros que comentam a crise das universidades e as greves de docentes das IES, bem como os dedicados aos aniversários da revista *Educação Brasileira* (do Crub) e o que faz a crítica ao documento do MEC, apresentado pelo Governo Collor, que previa o ensino pago. Em *Ciência e Cultura*, abordam-se as dificuldades que os professores e pesquisadores estrangeiros enfrentam para trabalhar nas universidades brasileiras.

Notas, Resenhas, Entrevistas e Resumos também integram os documentos analisados, sendo as seguintes as temáticas contempladas: produção e apropriação do conhecimento; exposições de motivos de ministros e secretários de educação, fornecendo subsídios para a formação de novas políticas para a educação superior brasileira; entrevistas com ministros e presidentes de agências de fomento à pesquisa; resenhas de livros e publicações na área de políticas educacionais; resumos de trabalhos apresentados em Reuniões Anuais da SBPC.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da produção intelectual sobre a educação superior centrado na categoria Políticas Públicas da Educação Superior, ainda que realizado especialmente mediante análises quantitativas de informações fornecidas pelo Banco de Dados *Universitas/BR*, possibilita levantar hipóteses para futuros estudos sobre temas ainda não estudados de educação superior, sobre a atuação de entidades e instituições mais alinhadas aos anseios da comunidade acadêmica ou dos governantes e sobre o embate entre entidades, instituições e demais atores da sociedade política. Permite, também, inferir sobre os vários desenhos que se pretendeu para a educação superior, mas, acima de tudo, sobre as históricas relações entre esta e os projetos políticos que para ela se tentou produzir ou que, muitas vezes, se lhe tentou impor.

A categoria Políticas Públicas da Educação Superior, como já se viu, situa-se entre as mais estudadas no período coberto pelo Banco de Dados *Universitas/BR* (1968-1995), o que desde logo permite indagar-se sobre as relações entre esse complexo espaço social dentro das relações entre Estado e sociedade civil.

No período em questão, como já é sabido, tais relações passaram por mudanças profundas, com a transformação radical do desenho desse nível de educação e de ensino no Brasil. Por outro lado, ao constatar-se essa relação, é possível verificar-se também que uma alta média de produção sobre a categoria não mantém uma relação de identidade com um alto nível de organização político-educacional. O segundo subperíodo aqui estudado, mesmo tendo uma média de publicação de documentos inferior ao do terceiro, constituiu-se o de maior organização dos agentes da educação superior e que testemunhou a emergência de um grande número de entidades representativas da academia. A coerção sobrepuja a persuasão possível de ser produzida pela divulgação dos estudos e pesquisas elaborados sobre esta categoria temática. Talvez pelas razões acima seja possível afirmar-se que a subcategoria *Estado e Educação Superior* seja central para o entendimento da categoria Políticas Públicas da Educação Superior – os estudos e as pesquisas realizados no período, bem como os autores arrolados na última parte deste capítulo, parecem reforçar tal assertiva.

A subcategoria *Estado, Ciência e Tecnologia*, bastante representativa na produção da categoria em estudo, também se revela importante na compreensão de Políticas Públicas da Educação Superior; no entanto permite igualmente avaliar, como já observado, as muitas ações da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, visto que mais de 50% da produção sobre esse tema foi publicado em seus periódicos. Trata-se, em geral, de documentos curtos e informativos, alguns de

cunho mais reflexivo, que mostram a influência da SBPC sobre a educação superior brasileira, bem como sua versátil ação institucional.

Vale destacar, ainda, que em momentos de organização da sociedade civil, em particular dos agentes, instituições e entidades ligadas à educação superior, o interesse sobre a subcategoria *Legislação* diminui, ou o governo, em face dessa maior organização, deixa de intervir nesse nível de ensino via legislação, reduzindo-se a coerção normativa diante da força política da sociedade civil e da diminuição da distância entre esta e o Estado.

Conforme observado anteriormente, a baixa incidência de documentos classificados na subcategoria *Financiamento e Agências Financiadoras* deveu-se à existência, no Banco de Dados *Universitas/BR*, de uma categoria temática intitulada *Manutenção e Financiamento da Educação Superior*, para onde foi alocada boa parte da produção desta área. Essa dupla categorização, que totaliza aproximadamente 350 documentos publicados no período 1968-1995, e a importância desta temática indicam a necessidade de estudos futuros que visem desvelar, de modo pertinente e adequado, o conteúdo dessa produção no contexto das passadas e recentes políticas de educação superior no País.

Por fim, põem-se em relevo as tramas que se produziram entre as entidades e os grupos de estudos, como a SBPC, o Crub, a ANPEd, a Andes e o Nupes, entre outras e outros, na defesa de variados projetos para a educação superior e de projetos políticos para o Brasil – diferentes e, muitas vezes, antagônicos. Alguns desses atores (entidades ou autores), com produção teórica competente, mas alinhados na defesa da privatização/mercantilização da educação superior no Brasil (especialmente no último subperíodo), são, em geral, bastante identificados com os *policy makers* do Planalto Central; outros, com igual competência teórica, estão engajados na defesa da histórica identidade da instituição universitária, que se funda na associação ensino-pesquisa-extensão e na cultura institucional crítica de preservação do que se tem ainda de humanidade, em contexto de clara e inegável predominância da lógica do mercado, desqualificação do público e destruição do sujeito individual ou coletivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; MOREIRA, Marco Antonio. A educação superior no Brasil e a contribuição do Informe e Jornal Ciência Hoje da SBPC. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 224-237.
- GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.
- MANCENO, Deise. A produção científica sobre educação superior na revista Ciência e Cultura. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 193-208.
- MEDEIROS, Luciene; SEIFFERT, Otilia M. L. B. Cadernos Andes : vozes do movimento docente sobre educação superior. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 113-127.
- PAOLI, Niuvenius J. A revista Documenta : um breve perfil. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998a. p. 272-276.
- \_\_\_\_\_. Os Cadernos Cedes : uma estratégia para complementar uma revista. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.) *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998b. p. 175-180.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), no período 1968-1995. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 129-162.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil : reforma do Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista : Ed. da USF, 1999.

TAVARES, Maria das Graças M. Educação & Sociedade : um espaço plural de análise política sobre educação In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998a. p.163-174.

\_\_\_\_\_. Alguns dados sobre o Boletim da ANPEd. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998b. p. 280-282.